

Livro didático na educação infantil: o que dizem as professoras que fazem uso do Porta Aberta (PNLD 2022)

Textbook on early childhood education: what teachers who use the “Porta Aberta” say (PNLD 2022)

Libro de texto en educación infantil: lo que dicen los docentes que utilizan el "Porta Aberta" (PNLD 2022)

Debora Djully Gomes da Paz¹

Maria da Conceição Lira da Silva²

Eliana Borges Correia de Albuquerque³

Resumo: Este artigo buscou compreender os impactos no ensino da língua escrita causados pela adoção do Livro Didático *Porta Aberta: volume 2*, distribuído pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2022. Como procedimentos metodológicos, analisou-se o referido livro e realizou-se entrevistas com duas professoras. Os resultados apontaram que o livro apresenta atividades repetitivas e focadas no ensino das letras e de seus sons, o que está em consonância com a Política Nacional de Alfabetização. Quanto aos usos desse material, as professoras, embora reconheçam algumas limitações nas atividades nele presentes, utilizam o livro e orientam suas práticas também com foco no ensino de letras.

Palavras-chave: Educação infantil; ensino da escrita; livro didático.

Abstract: This article sought to understand the impacts of using the *Porta Aberta* textbook, distributed by the 2022 National Book and Didactic Material Program, on the teaching of written language. As methodological procedures, we analyzed the referred textbook and conducted interviews with two teachers. The results showed that the book presents repetitive activities focused on teaching letters and their sounds, which is align with the National Literacy Policy. Regarding the uses of this material, the teachers, although they recognize some limitations in the activities included in it, use the book and guide their practices also with a focus on teaching letters.

Keywords: Early childhood education; writing teaching; textbook.

Resumen: Este artículo buscó comprender los impactos en la enseñanza de la lengua escrita provocados por la adopción del Libro de Texto *Porta Aberta: volume 2*, distribuido por el Programa Nacional del Libro y Material Didático 2022. Como procedimientos metodológicos, analizamos el libro de texto referido y realizamos entrevistas a dos docentes. Los resultados mostraron que el libro presenta actividades repetitivas enfocadas en la enseñanza de las letras y sus sonidos, lo cual está en línea con la Política Nacional de Alfabetización. En cuanto a los usos de este material, los docentes, aunque reconocen algunas limitaciones en las actividades presentes en él, utilizan el libro y orientan sus prácticas también con foco en la enseñanza de las letras.

Palabras clave: Educación infantil; enseñanza de la escritura; libro de texto.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

No atual contexto da Educação Infantil, as questões sobre o uso de Livros Didáticos (LD) e o ensino da língua escrita constituem um campo polêmico. Os debates sobre essas temáticas se destacaram nos últimos anos com as diversas mudanças no âmbito das políticas públicas brasileiras sobre Educação Infantil e Alfabetização, como a homologação da Base Nacional Comum Curricular -BNCC (BRASIL, 2017), a publicação da Política Nacional de Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019) e a inserção da Educação Infantil no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD (BRASIL, 2020).

Não há dúvidas de que essas mudanças, muitas de caráter autoritário, são um retrocesso quanto às conquistas obtidas no campo da Educação Infantil. Dentre esses retrocessos, destacamos a forma como a PNA concebe essa etapa da Educação Básica, que voltou a ser tratada como preparatória para a alfabetização. De forma contrária ao que preconiza essa política, compreendemos, assim como Brandão e Leal (2010), que o trabalho com a linguagem escrita é um processo que não deve ser realizado de forma enfadonha ou mecânica, mas sim de maneira significativa e integrada com projetos que façam sentido para as crianças.

Neste artigo, apresentamos um estudo que teve como objetivo geral compreender, no âmbito do último ano da Educação Infantil, os impactos no ensino da língua escrita causados pela adoção do LD do PNLD/2022. Para tanto, categorizamos as atividades de escrita presentes no volume 2 da coleção *Porta Aberta* e investigamos o que dizem as professoras sobre os usos que elas fazem desse material no trabalho com a escrita.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que realizamos, para a produção de dados, análise documental da versão do estudante do *Porta Aberta: volume 2*, utilizado pelas professoras participantes da pesquisa. A análise do LD teve o propósito de identificar as concepções sobre o ensino da língua escrita que fundamentam a obra e classificar as atividades voltadas para o trabalho no eixo da apropriação da escrita alfabética.

Além da análise documental, realizamos entrevistas semiestruturadas com duas professoras, selecionadas a partir dos seguintes critérios: atuar no último ano da Educação Infantil e utilizar o LD *Porta Aberta: volume 2*. Para garantir o anonimato delas, optamos por chamá-las como Professora A (PA) e Professora B (PB). PA, que possui 17 anos de experiência docente, atua na rede municipal de Recife, tem magistério, graduação em Pedagogia e pós-graduação em Gestão e Docência em Educação Especial. Já PB possui 6 anos de atuação na

área e está vinculada à rede de ensino de Jaboatão dos Guararapes. Ela é formada em Pedagogia e pós-graduada em Mídias e Tecnologias Digitais.

O roteiro de entrevista foi estruturado em três blocos: o primeiro buscou informações gerais sobre a professora; o segundo visou a entender o trabalho com a linguagem escrita desenvolvido pelas docentes e o último foi dedicado às questões sobre o LD. As entrevistas foram realizadas em março de 2023, de forma individual com cada professora, gravadas em áudios e posteriormente transcritas. Os dados obtidos foram tratados de acordo com a Análise de Conteúdo descrita por Bardin (2016).

O artigo está organizado em quatro partes. Logo após esta introdução, apresentamos uma discussão teórica sobre a temática. Em seguida, discutimos os resultados da pesquisa. Por último, tecemos as considerações finais.

Educação infantil no Brasil e o ensino da língua escrita

A Educação Infantil é um campo relativamente novo em termos legais no Brasil, pois apenas com a Constituição Federal de 1988 passou a ser reconhecida como direito da criança e dever do Estado, conforme artigo 205 (BRASIL, 1988). Posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (Lei nº 9.394/96), de acordo com o artigo 29, ela foi definida como etapa inicial da Educação Básica, cuja finalidade é garantir o desenvolvimento integral da criança, considerando tanto seus aspectos físicos quanto psicológicos e sociais (BRASIL, 2023).

Com isso, documentos foram elaborados a fim de orientar essa etapa, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009, que apresentam uma concepção de criança como sujeito histórico, que produz cultura e que é ativo na construção de seus conhecimentos (BRASIL, 2010). Além disso, indicam que o currículo na Educação Infantil deve considerar as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

Outro marco importante para a Educação Infantil é a BNCC (BRASIL, 2017). Entre outras contribuições, ela estabelece cinco campos de experiências que devem organizar os currículos nessa etapa: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Conforme apresenta Silva (2019), o campo de experiência mais polêmico na BNCC é o que está relacionado à leitura e à escrita, que sofreu mudanças em sua nomenclatura, passando

de “Escuta, fala, pensamento e imaginação” para “Oralidade e escrita” e, posteriormente, voltando para sua designação original. Essas alterações foram motivadas pelas críticas à expressão “Oralidade e escrita”, pois, para alguns especialistas da área, ela se relacionaria com a antecipação da escolaridade.” (SILVA, 2019, p. 36).

Nesse debate sobre o ensino da língua escrita na Educação Infantil, é importante considerarmos os impactos da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019. Elaborada em um governo antidemocrático, a PNA impõe o método fônico como o melhor para alfabetizar as crianças, o que fere o direito constitucional que as escolas e os docentes possuem de escolher as metodologias adequadas para desenvolver o ensino (MORAIS, 2020).

Sobre esses aspectos, Coutinho-Monnier, Albuquerque e Souza (2021) analisam que as evidências científicas apresentadas pela PNA para comprovar a eficácia dos princípios que ela impõe não descrevem práticas concretas de alfabetização realizadas nessa perspectiva, da mesma forma que não relatam o que fazem as professoras e os alunos nesse cotidiano nem o que as crianças aprendem. Além disso, a PNA não dialoga com os demais documentos que norteiam a Educação Infantil, como as DCNEI e a BNCC, pois, diferentemente do que defendem esses documentos, ela concebe essa etapa como um período preparatório para a alfabetização.

Nesse viés, a PNA elenca 11 habilidades que devem ser ensinadas às crianças; das quais destacamos: “conhecimento alfabético: conhecimento do nome, das formas e dos sons das letras do alfabeto”; “nomeação automática rápida: habilidade de nomear rapidamente uma sequência aleatória de letras ou dígitos” (BRASIL, 2019, p. 30). Assim, o foco passa a ser um trabalho baseado na instrução fônica, que contemple o ensino das letras do alfabeto e dos sons que elas representam.

Como analisa Moraes (2020), a imposição dessa política representa um ataque ao que temos defendido e à história recente da alfabetização brasileira, caracterizada pelo respeito à forma com que as crianças se relacionam com a cultura escrita e pela busca de garantir, a partir de uma perspectiva construtivista, o direito de refletir sobre a escrita, a pauta sonora das palavras e os diversos gêneros textuais desde a Educação Infantil.

De acordo com Magda Soares, em entrevista concedida a Barros (2011), não é objetivo da Educação Infantil alfabetizar crianças. No entanto, a autora considera que é possível que essas experiências iniciais desenvolvam conhecimentos e habilidades que ajudarão as crianças nas futuras etapas desse caminho. Brandão e Leal (2010) contribuem para essa discussão, pois

apontam que há três perspectivas que os professores podem seguir ao desenvolver o trabalho com a língua escrita na Educação Infantil. A primeira diz respeito a uma obrigatoriedade em alfabetizar já nessa etapa, com atividades exaustivas, repetitivas e descontextualizadas, por meio do tradicional ensino das letras, o que é atualmente defendido na PNA. A segunda perspectiva é a de letrar sem letras, em que a linguagem escrita não é tida como um objeto de trabalho, sendo valorizadas as demais formas de linguagem, enquanto o trabalho com as letras é proibido. Por fim, em contraposição aos dois extremos anteriores, Brandão e Leal (2010) defendem a importância da leitura e da escrita na Educação Infantil como práticas diversificadas e plenas de significado, que devem envolver tanto atividades relacionadas à apropriação da escrita alfabética como a leitura e produção de textos diversos.

Defendemos, assim como Brandão e Leal (2010), que letrar e alfabetizar podem caminhar juntos. No entanto, pesquisas como a de Brandão e Albuquerque (2021) mostram que o trabalho com letras é frequente em diversos contextos dessa etapa e tem se desenvolvido, em geral, por meio do ensino explícito do alfabeto, com atividades diárias e repetitivas de cópia, identificação e memorização de letras, fonemas e sílabas, seguindo uma lógica progressiva de complexidade.

Livro didático na educação infantil: refletindo sobre as repercussões do PNLD 2022

Araújo (2020) indica que o uso do LD na Educação Infantil já era uma realidade nas escolas públicas brasileiras bem antes da inserção dessa etapa no PNLD, por meio da compra de programas educacionais, sistemas de ensino apostilados ou coleções de livros didáticos. No entanto, com o PNLD 2019, a Educação Infantil passou a ser contemplada por meio de obras destinadas apenas aos professores. Já o edital do PNLD 2022, lançado em 2020 no âmbito das ações da PNA, contemplou a Educação Infantil com obras destinadas não só aos docentes, mas também aos gestores e às crianças da pré-escola.

Cabe destacar que a inserção da Educação Infantil no PNLD, que até então atendia aos estudantes do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e da Educação de pessoas jovens e adultas, ocorreu em um período adverso. Nele, um governo antidemocrático impôs, sem debate, a PNA (2019), um dos documentos que orientou os critérios de avaliação das obras inscritas no edital.

A edição do PNLD 2022 organiza-se a partir do conceito de objetos. O objeto 1 caracteriza as obras didáticas, destinadas aos professores e gestores tanto das creches quanto da pré-escola em formato impresso ou digital. No entanto, os bebês e as crianças bem pequenas

não recebem essa obra para uso, uma vez que o Livro do Estudante Impresso se destina apenas às crianças pequenas, de 4 e 5 anos, da pré-escola.

Segundo os critérios estabelecidos no anexo III-A do edital, o Livro do Estudante deve se estruturar com ênfase nos conteúdos de literacia (habilidades relacionadas à leitura e a escrita) e de numeracia (conjunto de conhecimentos e habilidades relacionados à Matemática. Precisa tratar também dos conhecimentos elementares sobre o mundo natural e social, que podem figurar como contextualizadores das atividades de literacia e numeracia (BRASIL, 2020).

O objeto 2 diz respeito às obras literárias, voltadas aos estudantes de todos os grupos da Educação Infantil e aos professores. E o objeto 3 contempla as obras pedagógicas, que consistem no volume único do Guia de Preparação para a Alfabetização baseada em evidências. Os critérios para a aprovação do Guia, presentes no anexo III-C do edital, tomam por base a PNA, reduzem a Educação Infantil a uma etapa preparatória para a alfabetização, orientam os professores quanto às fundamentações da literacia e da numeracia bem como fornecem exemplos e sugestões de atividades para aplicar em suas salas.

Entendemos, portanto, as críticas a essas políticas na medida em que, entre outros fatores, elas representam um retrocesso no âmbito do ensino da escrita e da leitura na Educação Infantil e figuram também como uma ameaça à autonomia docente no ato de decidir como os professores devem conduzir as práticas pedagógicas. Assim, consideramos importante analisar as relações entre o que preveem as políticas e o que relatam as professoras sobre suas reais concretizações nas salas do último ano da Educação Infantil.

Análise dos resultados

Esta seção se divide em duas partes. Na primeira, analisamos como é proposta a prática com a escrita no LD estudado. Na segunda, encaminhamo-nos aos depoimentos das docentes entrevistadas.

O trabalho com a escrita no Porta Aberta: volume 2

O *Porta Aberta: volume 2* integra uma coleção composta por: livro do estudante, manual do professor impresso, material digital para professor e material digital para gestor. Conforme

indica o *site* da editora FTD Educação (2021), o livro foi estruturado com base nos documentos oficiais já mencionados no edital do PNLD 2022, como a BNCC, a PNA e as DCNEI.

Figura 1: Capa e contracapa do livro didático *Porta Aberta: volume 2*



Fonte: Carpaneda (2020).

O livro está organizado em quatro unidades, chamadas de “Movimentos: Interagir e Respeitar”; “Brincar e Comemorar”; “Observar e Aprender”; e “Manifestar e Valorizar”. O nome de cada movimento constitui tema que orienta as propostas de atividades de cada unidade. Ao final de cada unidade, há duas seções: projeto e glossário. Os projetos são propostas coletivas de vivências e produções. O glossário apresenta propostas de ampliação de vocabulário, explorando significados e usos de palavras trabalhadas na unidade ou de campos semânticos parecidos.

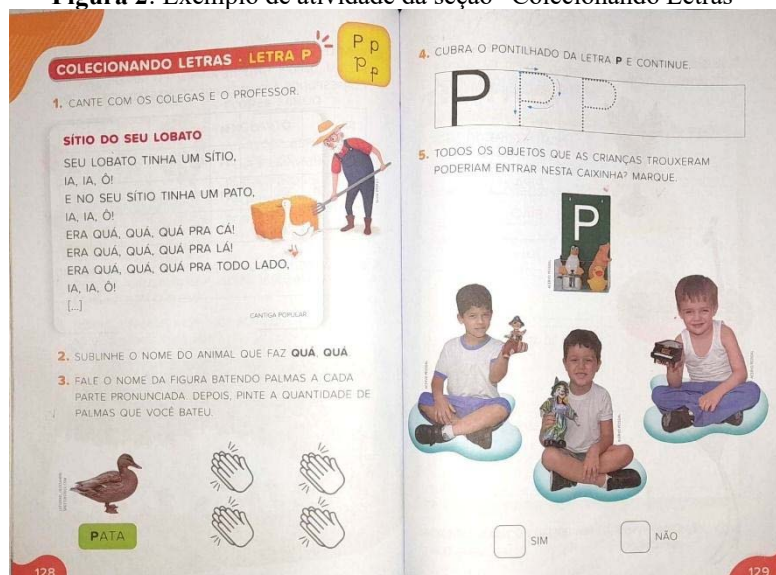
Entre as atividades do LD, destacam-se os conteúdos de literacia e numeracia defendidos no edital do PNLD 2022, que tomou como base a PNA. No que se refere ao trabalho no eixo da apropriação da escrita alfabética, há uma prioridade no ensino das letras do alfabeto, com 90 atividades ao longo de todo o livro, sendo a maioria destinada a cobrir e copiar as letras. O livro também possui atividades envolvendo sílabas (63); das quais, 26 solicitam partição oral de palavras em sílabas. Em menor quantidade, o livro contempla atividades de rimas e aliteração (5) e fonemas (3). Em geral, essas atividades são apresentadas na seção “Colecionando letras”. O Quadro 1 expõe as atividades de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) mais frequentes, apontando o quantitativo das que são encontradas na referida seção.

Quadro 1: Atividades de apropriação do SEA presentes no volume 2 da coleção *Porta Aberta*

Atividades de apropriação do SEA	Frequência total das atividades no livro	Frequência das atividades na seção “Colecionando Letras”
Identificação de palavras em textos	20	18
Partição oral de palavras em sílabas	26	26
Contagem de sílabas de palavras	25	25
Cobrir letras	27	26
Cópia de letras	26	26
Identificação de palavras que começam com determinada letra sem correspondência escrita	29	29

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Podemos observar que a seção “Colecionando letras” é dedicada ao trabalho no eixo da apropriação do SEA. Em geral, ela é iniciada por uma atividade de leitura de um texto e da exploração de uma palavra nele presente que se inicia com a letra a ser ensinada, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Exemplo de atividade da seção “Colecionando Letras”

Fonte: Carpaneda (2020, p. 128-129).

Após a atividade envolvendo a leitura do texto (nesse exemplo, a orientação é para cantar a música do Seu Lobato), solicita-se que as crianças identifiquem uma palavra do texto (questão 2), contém a quantidade de sílabas da palavra (questão 4), cubram e copiem a letra

inicial da palavra (questão 4) e, por fim, identifiquem as figuras cujas palavras começam com a letra trabalhada (questão 5). Essa sequência de atividades, em geral, repete-se em todas as seções “Colecionando letras”, mudando a letra trabalhada. Com essa sequência, o livro *Porta Aberta: volume 2* busca atender aos requisitos do edital do PNLD/2022, sobretudo, por meio do trabalho com as letras e seus sons.

Observamos que, em todas as atividades de cobrir letras, como a da questão 4 da Figura 2, há a indicação da movimentação que se deve fazer ao escrevê-las por meio da presença de setas. Sobre esse tipo de atividade, Brandão e Albuquerque (2021) discutem que a letra de bastão maiúscula é a mais adequada para ensinar às crianças no início da apropriação do SEA, uma vez que possuem traços mais claros de serem visualizados e reproduzidos que os das letras cursivas. Portanto, as autoras argumentam que não faz sentido a presença de setinhas indicando a direção dos movimentos necessários para escrever a letra bastão no papel (BRANDÃO; ALBUQUERQUE, 2021, p. 96).

A partir de nossa análise, é possível concluir que o *Porta Aberta: volume 2* é um livro didático que corresponde à perspectiva descrita por Brandão e Leal (2010) relacionada à obrigatoriedade de alfabetizar na Educação Infantil. Isso porque ele propõe atividades repetitivas e descontextualizadas, que têm o objetivo de preparar as crianças para a alfabetização, o que é defendido na PNA.

O que nos dizem as docentes sobre o ensino da escrita e o uso do Porta Aberta: volume 2 na educação infantil

Nenhuma das professoras entrevistadas teve experiências práticas anteriores ao PNLD/2022 com uso do livro didático na Educação Infantil. Sobre esse material, PA o descreve como um importante apoio, porque, além de veicular conteúdos, promove oportunidades para as crianças conhecerem a organização de um livro didático e se acostumarem com sua utilização. Vejamos sua opinião no trecho a seguir: “*É a oportunidade de eles terem de folhear os livros, pra não... esperar até o primeiro ano pra ver alguma coisa... Não, já vão se acostumando. Aprendendo a procurar as páginas, como é que se usa o livro, a capa, o que tem dentro, como é que procura. Tá entendendo?*” (PA, entrevista concedida em março de 2023).

PA destaca que, em suas práticas, tenta utilizar o LD de duas a três vezes na semana. Além disso, afirma que não se atém ao *Porta Aberta: volume 2* e critica a limitação e o empobrecimento das atividades oportunizadas às crianças ao fazer uso apenas desse material:

É um instrumento a mais, mas só não fica nele não. [...] Até porque, esse livro desse ano, ele é muito simples. [...] Ele podia ser mais trabalhado. [...] A gente tem que sempre tá mudando, porque, se ficar só no livro, só fica nisso: a letra, o que que começa com aquela letra e o som... para eles escreverem o número das sílabas, de acordo com as palmas, que é o que é pedido no livro, né? Agora isso é do A ao Z. Não tem outras atividades diferenciadas. O próprio livro deveria trabalhar, né? Mas... Deixa pra próxima (PA, entrevista concedida em março de 2023).

Em relação às atividades que o livro em análise propõe para o ensino da escrita, PA considera:

São até boas. Mas elas são repetitivas. A mesma coisa que é pra fazer, por exemplo, com a letra A, é a mesma coisa pra fazer com a letra Z. Aí se torna repetitivo. Até as próprias crianças já sabem, com o passar do tempo. Como é que é? Ah, mudou de letra, é pra fazer isso, é aquilo... Eles mesmo já sabem, de tão repetitivo que é (PA, entrevista concedida em março de 2023).

Nesse relato, percebemos a crítica aos conteúdos da seção “Colecionando Letras”, que se organiza com as mesmas atividades ao longo de todo o livro, com foco no ensino das letras. Embora reconheça essa limitação do *Porta Aberta: volume 2* e busque alternativas complementares, PA desenvolve sua prática com utilização sequencial do LD, além de consultar as instruções dos materiais de apoio ao professor fornecidos pela coleção.

Eu vejo, porque tem musiquinhas... Aí eu coloco pra eles as músicas [...]. Por exemplo, a letra A, né..., que a gente vai dar ainda, vai começar ainda. Eu já dei, mas no livro não, ainda não chegou nessa parte. Apesar que eu podia ir logo direto, mas eu... Tô acompanhando, sabe? Vou apresentando o livro a eles (PA, entrevista concedida em março de 2023).

Apesar de reconhecer que poderia modificar esse uso, a professora se mostrou em concordância com as prescrições presentes no material. Como descrevem Coutinho-Monnier, Albuquerque e Souza (2021), uma consequência da PNA, por meio da adoção de LD com foco na instrução fônica, é o controle da prática docente, prescrevendo o que e como deve ser ensinado.

Também buscamos saber quais são as atividades priorizadas pelas docentes para desenvolver o ensino da escrita com suas turmas. PA considera fundamental o trabalho com o nome e com os sons e as atividades com jogos. Além do próprio nome da criança, chama a atenção para o trabalho com o nome dos outros colegas:

Trabalho muitos sons. Sons são muito importantes. CA de cavalo, com CA de cama, com CA de Camila... Sílabas, né...? Sons iniciais e sons finais. É primordial. Bingo também. [...]. Bingo de letras agora; mais pra frente um pouquinho, bingo de sílabas. A gente trabalha com os nomes, os nomes dos colegas, né? Contar as letras que são formados os nomes... (PA, entrevista concedida em março de 2023).

Percebemos, assim, que as atividades destacadas por PA são aquelas atreladas aos princípios veiculados pela PNA e constatados no *Porta Aberta: volume 2* no que diz respeito ao foco no ensino da letra, seguido do trabalho com as sílabas e de suas relações fonêmicas. As atividades com os nomes das crianças também são mencionadas como importantes por PA, sendo descritas com o objetivo de reconhecimento e diferenciação do próprio nome e do nome dos colegas, contagem de letras e exploração das letras iniciais e finais.

PB, ao discorrer sobre o LD na Educação Infantil, destaca que é uma questão polêmica, mas também entende o material como um apoio à prática. Além disso, descreve que esse recurso está subordinado a seu planejamento e aos objetivos que ela estabelece para serem alcançados com a turma:

É polêmico. E, assim, eu entendo toda a polêmica, porque eu acho que a gente não pode se ater, como eu te falei, eu não posso me ater a isso aqui [aponta para o livro]. Eles são crianças..., crianças muito pequenas... E... O intuito da Educação Infantil é a formação da criança, a questão do brincar. Eles aprendem brincando (PB, entrevista concedida em março de 2023).

PB também afirma não se ater apenas ao livro. Além da possibilidade de complementar as atividades que o livro contém, descreve que pode modificar as propostas de acordo com seus interesses para a turma:

Vou pegar aqui o livro. Aí vamos aqui na parte da letrinha A. Tem todo um embasamento, certo? Falando sobre a letrinha A. Tudo isso. Mas veja... Eu usei o livro pra falar? Eu não usei. Posso usar em outro momento? Posso... Mas o que foi que eu fiz? Eu fiz uma pescaria. Pedi pra eles procurarem letrinhas A. [...] Eu não vou deixar de ter uma atividade que eu julgo, é..., mais significativa pra eles porque eu tenho que usar o livro. Tem que ter um certo cuidado com relação ao livro e Educação Infantil, porque Educação Infantil é muito complexo, amplo, tem toda uma formação que a criança tá passando (PB, entrevista concedida em março de 2023).

Ainda sobre essa atividade de pescaria, PB relata:

Hoje a gente fez uma atividade para entender o som das vogais: a pescaria. Os peixes eram tampinhas. E a vara de pescar era prendedor. E aí eu levei uma vasilha e enchi com água na escola. E aí eu fui falando..., falando para eles, por exemplo, “A-BA-CA-XI. Qual é o sonzinho de abacaxi? Qual é a letrinha que vem quando eu falo A?” para eles entenderem que é o sonzinho da letrinha A e, quando eu for passar isso para o papel, quando eu vou escrever A, tem o sonzinho da letra A (PB, entrevista concedida em março de 2023).

Além de não fazer o uso sequencial do LD, PB afirma modificar as atividades para garantir que as crianças tenham os seus direitos de brincar e interagir garantidos. Como analisa Araújo (2020), uma das críticas à distribuição desses recursos para a Educação Infantil pelo Ministério da Educação é justamente a de que os conteúdos veiculados pelos livros didáticos constituam o foco do trabalho pedagógico, em detrimento das experiências das crianças, comprometendo a finalidade dessa etapa da educação.

No entanto, ao identificarmos quais conteúdos compõem as atividades relatadas por PB, constatamos que seu foco também está no ensino explícito das letras, de seus sons e de sua grafia. A descrição realizada por ela das atividades que considera fundamentais para o ensino da escrita corrobora esse fato: *“Primeiramente, o nome. [...] Acho que é a base. A partir daí, a gente vai introduzindo as outras. [...] Porque do nome eu consigo trabalhar a questão das letras, sons de letras, até da rima.”* (PB, entrevista concedida em março de 2023). Dessa forma, percebemos que, embora PB priorize uma rotina de contextos diversificados, suas atividades são voltadas para o ensino das letras, assim como as de PA.

Essa correspondência reitera o argumento de Brandão e Albuquerque (2021) sobre o trabalho transmissivo das letras ainda ser uma realidade típica nas práticas da Educação Infantil, esvaziadas de sentido e destinadas a fazer com que as crianças respondam às atividades de forma mecânica, de acordo com o que foram acostumadas a fazer. Vale ressaltar que o *Porta Aberta: volume 2* não foi mencionado pelas professoras como recurso para o trabalho com os nomes. As poucas atividades apresentadas pelo LD que envolvem o nome estão localizadas no Movimento 1, “Interagir e Respeitar”, e nas propostas de brincadeiras (para escrever o nome da dupla vencedora ou indicar a ordem dos vencedores). Além disso, o trabalho com os nomes dos colegas também está presente na seção “Colecionando Letras”, em uma atividade que solicita que a criança identifique nomes de colegas que começam com a letra apresentada, visto que esse é seu foco.

Considerações finais

Com o estudo realizado, concluímos que os princípios que norteiam as propostas do livro didático *Porta Aberta: volume 2* refletem os conteúdos veiculados pela PNA no que diz respeito ao ensino transmissivo das letras e à percepção da Educação Infantil como uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental. A organização do livro em movimentos busca atender aos direitos de aprendizagens e campos de experiências previstos na BNCC e constituem temas para as atividades propostas.

No entanto, em nossas análises, não visualizamos os direitos de aprendizagens sendo efetivados, pois o que identificamos foi uma volta ao modelo das cartilhas de alfabetização com atividades que não propõem desafios, com pouca diversidade de atividades, e propostas que se repetem ao longo de todo o livro, na seção “Colecionando Letras”, com enunciados que solicitam às crianças que cubram e copiem letras, identifiquem letras iniciais de palavras e localizem palavras em textos ou frases.

Com relação às entrevistas, percebemos semelhanças e diferenças entre os princípios e as práticas relatadas pelas professoras quanto ao uso do LD e ao ensino da escrita na Educação Infantil. No entanto, concluímos que as professoras utilizam a obra *Porta Aberta: volume 2* mesmo reconhecendo suas limitações quanto à garantia dos direitos de aprendizagem das crianças e à presença de atividades repetitivas, percebendo que as próprias crianças começam a desenvolvê-las de forma mecânica ao longo das unidades.

A perspectiva constatada nos relatos das professoras mais se aproxima da primeira concepção descrita por Brandão e Leal (2010) quanto à obrigatoriedade em alfabetizar já na Educação Infantil, além de concordar com o que indica a PNA sobre um ensino transmissivo e preparatório para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Como afirmam Brandão e Albuquerque (2021), não há lógica que justifique a apresentação isolada das letras do alfabeto, uma vez que elas já estão na escrita das palavras com as quais as crianças têm contato diariamente.

Os documentos oficiais, elaborados e impostos recentemente sobre a Educação Infantil e a Alfabetização, reforçam o desenvolvimento de práticas tradicionais e desconsideram os conhecimentos e as experiências essenciais para as crianças nessa trajetória. Portanto, compreendemos a necessidade, indicada por Brandão e Albuquerque (2021), de reflexão pelas professoras sobre como desenvolver esse trabalho com suas turmas de forma significativa e contextualizada.

Referências

- ARAÚJO, Renata Adjaina Silva de. **Os usos do livro didático na educação infantil**: uma análise da construção de práticas de ensino de leitura e escrita. 2020. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Rubem. Aprendizagem lúdica. Entrevistada: Magda Soares. **Educação**, 01 nov. 2011, [n. p.] Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2011/11/01/aprendizagem-ludica/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. A aprendizagem das letras na Educação Infantil: as inimiguinhas em ação? In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (org.). **A aprendizagem inicial da língua escrita com crianças de 4 e 5 anos**: mediações pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 87-113.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz. Alfabetizar e letrar na educação infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (org.). **Ler e escrever na educação infantil**: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 13-31.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: SEB/MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: Sealf/MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: SEB/MEC 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação Nº 02/2020 – CGPLI - Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2022**. Brasília: Fundeb/SEB/MEC, 2020. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.
- CARPANEDA, Isabella. **Porta aberta**: volume 2. São Paulo: FTD, 2020.
- COUTINHO-MONNIER, Marília de Lucena; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; SOUZA, Sirlene Barbosa de. Práticas de alfabetização com uso dos materiais do programa alfa e beto e de livros didáticos do PNLD: o que fazem as professoras? o que os alunos aprendem? In: ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T. B. (org.). **Práticas de Alfabetização**: o lugar dos livros didáticos na organização do trabalho docente, vol.1. Curitiba: CRV, 2021, p. 117-146.

FTD EDUCAÇÃO. **Educação infantil**: porta aberta pré-escola. São Paulo: FTD, 2021. Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/educacao-infantil/porta-aberta/pre-escola-3/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 66-75, mar. 2020.

SILVA, Maria da Conceição Lira da. **Leitura e escrita na educação infantil**: práticas de ensino de professoras participantes do curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2019. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Sobre as autoras

Debora Djully Gomes da Paz: Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora na área de Educação Infantil e residente em Alfabetização e Letramento.
E-mail: deboragomespp@gmail.com

Maria da Conceição Lira da Silva: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco e Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal do Jaboatão dos Guararapes-PE.
E-mail: cecalirases@gmail.com

Eliana Borges Correia de Albuquerque: Professora da Universidade Federal de Pernambuco, possui Mestrado em Psicologia Cognitiva pela UFPE e Doutorado em Educação pela UFMG. Realizou Pós-doutorado em Educação na Université Lumière Lyon 2 e na Université Paris 8. Desenvolve pesquisas e orienta trabalhos de graduação, mestrado e doutorado sobre: Práticas de Alfabetização na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na EJA, Formação docente e Materiais didáticos de alfabetização.
E-mail: eliana.balbuquerque@gmail.com